REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
ISSN -2359-1382
UFPE CE Centro de Educação
dAEPE | Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional

Tendo em vista o nosso compromisso com a divulgação científica de produções acadêmicas sobre Políticas e Gestão da Educação, apresentamos mais um número da Revista de Administração Educacional. Os sete artigos que compõem esse número refletem sobre as lutas pelo direito à educação em diferentes frentes, seja na Educação de Jovens e Adultos ou na garantia da oferta de creches ou na inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, abordam questões relativas ao ensino superior tanto no contexto brasileiro quanto no português; apontam para a necessidade de construir espaços democráticos nos quais os estudantes sejam protagonistas e analisam a atuação de inspetores escolares durante a pandemia de COVID-19. Em suma, um conjunto de produções de amplitude temática e de diversidade territorial que permitirão que os leitores possam ter contato com perspectivas teóricas, objetos e as diferentes abordagens metodológicas que têm contribuído com o campo de estudos das políticas educacionais.

Iniciamos com um artigo sobre a Educação de Jovens e Adultos. Sob o título *Direito à EJA e as influências da ética, da democracia e da política: da denúncia ao anúncio,* a autora Adriana Pereira da Silva discorre sobre o direito à educação da EJA, indicando caminhos democráticos que podem garantir acesso, permanência e processos formativos significativos. Tendo como base o referencial teórico freiriano, a pesquisadora analisa projeções, pautadas pelos movimentos sociais, que podem contribuir para a efetivação do direito à educação de jovens, adultos e idosos. A abordagem centrada em três categorias – ética, política e democracia - explora o Documento de Referência CONAE 2024 (MEC, 20023) e conclui que afirmação do direito à EJA só pode ocorrer por meio de uma construção que esteja alicerçada na ética universal dos seres humanos e na democracia pela reorganização do poder e na política.

O direito à educação infantil também se apresenta como um grande desafio das políticas educacionais contemporâneas, em especial a garantia de creches para crianças de 0 a 3 anos. A meta 1 do Plano Nacional de Educação (2014 a 2024) estabelecia a ampliação da "oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos" (BRASIL, 2014), mas, assim como as outras metas do PNE, esta não foi cumprida ao longo da vigência do plano. Considerando o contexto de vulnerabilidade social que se acentuou com a COVID-19 e a falta de vagas destinadas às creches na rede do

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Distrito Federal, os autores Ana Paula Monteiro da Silva, Ângela de Oliveira Pereira, Bélin Poletto Mezzomo, Diane Martina Heger, Guilherme Gonçalves de Freitas desenvolveram um estudo acerca da criação de um programa que teve por finalidade garantir a oferta de creches, em parceria com o setor privado. No artigo sob o título *Programa de Benefício Educacional Social: apoio à inclusão social de crianças até 3 anos,* os autores descrevem as características da proposta e como ocorreu o acesso às vagas e matrículas para creches nas Instituições Educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal.

Ainda no campo da luta pela educação, *A legislação educacional referente à inclusão da pessoa com transtorno do espectro autista: tópicos para o debate* dos autores Pauliana Joicy dos Santos Martins Pontes, Dâmaris Gerlandia Gomes Camelo, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos, explora como os direitos da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) aparecem na legislação educacional. Com o foco no Estado de Pernambuco, o estudo problematiza que, em que pese a existência de normativas internacionais, nacionais e estaduais que resguardam os direitos educacionais das pessoas com TEA, áreas como financiamento e formação adequada dos profissionais da educação ainda são gargalos a serem enfrentados para a garantia da inclusão desses estudantes em turmas regulares da educação básica.

Sobre o ensino superior, o texto de Vânia Maria de Oliveira Vieira e Pauline Ferreira da Silva, intitulado *Estudo do conhecimento: desenvolvimento profissional docente e educação superior* traz uma abordagem acerca da formação e o desenvolvimento profissional dos docentes do ensino superior que muitas vezes assumem a docência sem uma formação pedagógica adequada. A partir de uma pesquisa bibliográfica, as autoras exploram quinze estudos artigos sobre a temática e refletem sobre importância de aprofundar questões ligadas às práticas pedagógicas dos professores universitários.

Com o enfoque nas universidades portuguesas, o artigo *Políticas públicas do ensino superior universitário português: a compreensão dos significados que os significantes carregam em si* de Rogéria Pereira Fernandes Soares, Liliana Rodrigues e Jesus Maria Sousa, analisam, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as implicações das políticas de ensino superior em Portugal em universidades públicas das regiões autônomas, do interior e do litoral. Ao buscar compreender as especificidades das universidades, a pesquisa identificou que existe uma íntima relação entre o desenvolvimento de cada região e as atividades de pesquisa

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

acadêmica desenvolvidas nas Universidades.

Tendo por foco o ensino médio, no artigo *A atuação do grêmio estudantil em uma escola pública do sertão alagoano: participação e protagonismo em análise,* Uesley Lima da Silva e Karla de Oliveira Santos analisaram a atuação de um grêmio estudantil em escola pública estadual, localizada no médio sertão de Alagoas, no município de Santana do Ipanema. Os autores aplicaram questionários com os integrantes do grêmio estudantil, como também o gestor escolar da unidade escolar analisada. Os resultados da pesquisa endossam o grêmio estudantil como um espaço que contribui para a gestão democrática e para o protagonismo estudantil.

Por fim, em *Os desafios da ação do inspetor escolar em tempos de pandemia,* de autoria de Sônia Maria da Fonseca Souza, o foco se direciona para a atuação do inspetor escolar na rede estadual do Rio de Janeiro em meio ao contexto pandêmico. A autora descreve o histórico da inspeção escolar, sinalizando a superação da ideia de controle associada a função, e reforçando a perspectiva de que esse profissional tem como tarefa articular os eixos da gestão, o eixo administrativo e o eixo pedagógico, para um bom funcionamento das instituições de ensino. Os resultados da pesquisa apontam para sobrecarga de trabalho durante a pandemia, associada, por exemplo, a redução do quadro de profissionais para atendimento das demandas in loco. De todo modo, a autora reforça a relevância da função para a prática democrática e a qualidade da educação.

Boa leitura!

Profª. Dr.ª Catarina Cerqueira de Freitas Santos

Departamento de Política e Gestão da Educação
Centro de Educação - Universidade Federal de Pernambuco

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/